RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA E A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA MUNICIPAL AJURIMÁ LOPES – BOA VISTA DO TUPIM-BA

Daniella dos Santos Santana[1]
Débora de Oliveira Brito[2]

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo investigar como a presença e participação da família no ambiente escolar contribuem para o desenvolvimento de uma educação mais participativa e colaborativa. Cientes de que a ausência das famílias nas escolas é algo que inquietam as equipes pedagógicas, apresentamos algumas questões que fazem parte da problemática dessa pesquisa: Quais os impasses que envolve a relação família-escola? O que dizem as pesquisas sobre as famílias de hoje? Como a presença e a ausência da família impacta no desenvolvimento escolar dos alunos? E principalmente: Quais ações podem ser desenvolvidas para aproximar as famílias da escola na busca da construção da Gestão Participativa? A pesquisa realizada, de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica, documental e empírica, de caráter explicativa acerca do fenômeno investigado, foi composta por quatro entrevistas semiestruturadas, com profissionais Escola Municipal Ajurimá Lopes, localizada em Boa Vista do Tupim-Ba, envolvendo: duas professoras, uma coordenadora pedagógica e uma gestora. Desta maneira, utilizamos como aporte teórico para se pensar esta temática conceitos e discussão sobre família, educação e participação familiar: Ferreira (1975), Tiba (1996), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), Paro (2001), Arribas (2004), Marujo, Neto e Perloiro (2005), Vicente (2010), Varani e Silva (2010), Oliveira e Marinha-Araújo (2010), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017), Santos e Coutinho (2020), Ribeiro (2024). Os resultados da pesquisa ressaltam a importância de uma abordagem colaborativa entre família e escola para promover uma educação de qualidade e que contribua para uma formação integral dos estudantes.

Palavras- Chave: Gestão Participativa; Família; Escola; Influência; Participação.

Abstract

This paper aims to investigate how the presence and participation of families in the school environment contribute to a more participatory and collaborative education. Aware that the absence of families in schools is something intriguing for teaching teams, we present some questions that are part of the problem of this article: which impasses do involve the family-school relationship? What do the researches say about today's families? How do the presence and absence of families impact students' academic development? And most importantly: what actions could be implemented to bring families closer to schools in the search for the construction of Participatory Management? The research, of a qualitative nature, is bibliographic, documentary and empirical, and has an explanatory character about the phenomenon investigated, was composed of four semi-structured interviews, with professionals from the Ajurimá Lopes Municipal School, located in Boa Vista do Tupim-Ba, involving: two teachers, a pedagogical coordinator and a manager. Thus, to think about this theme, we used as theoretical support concepts and discussions about family, education and family participation: Ferreira (1975), Tiba (1996), Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB/1996), Paro (2001), Arribas (2004), Marujo, Neto and Perloiro (2005), Vicente (2010), Varani and Silva (2010), Oliveira and Marinha-Araújo (2010), National Common Curricular Base (BNCC) (2017), Santos and Coutinho (2020), Ribeiro (2024). The research results highlight the importance of a collaborative approach between family and school to promote quality education that contributes to the integral development of students.

[1] Estudante do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia- Campus XIII
[2] Estudante do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia- Campus XIII

Keywords: Participatory Management; Family; School; Influence; Participation.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os resultados da análise de como a relação família-escola impacta na construção da Gestão Participativa. Trata-se de uma temática sobre a qual é preciso lançar novos olhares, tendo em vista as mudanças sociais que, dia após dia modificam as relações. Em nossa sociedade, a educação pode ser compreendida como um processo complexo e multifacetado que envolve uma variedade de atores e instituições sociais, dentre as quais, família- escola são essenciais para formação da criança, além de serem as principais responsáveis pela garantia do direito à educação, considerando que as escolas são importantes instituições do Estado.

Nas últimas décadas foi possível observar diversas mudanças na sociedade brasileira, sobretudo no que tange a configuração familiar. De acordo com as pesquisas de amostras à domicílio realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais da metade (37 milhões) dos domicílios no país são chefiados por mulheres (IBGE; PNAD, 2022). Essa e outras mudanças refletem no modo como as famílias acompanham ou não a educação escolar de seus filhos. Assim, no cotidiano das escolas, a relação com as famílias, em geral, é vista como algo importante para o desenvolvimento das crianças e necessária para construção da gestão participativa e democrática.

O interesse por esta temática surgiu da nossa experiência do Estágio Supervisionado para o Curso de Pedagogia da UNEB-Campus XIII, realizado em escolas situadas em Boa Vista do Tupim-BA. Ao decorrer das nossas vivências na unidade escolar, observamos que a ausência das famílias nas escolas era algo que inquietavam as equipes pedagógicas, visto que muitas vezes essa presença se tornava imprescindível, tanto para estimular e apoiar seus filhos, como para dar suporte ao trabalho desenvolvido pela equipe escolar (professores, gestores e funcionários). Constatamos que sem essa parceria família-escola o desenvolvimento da educação é comprometido. Por isso, sentimos a necessidade de pesquisar e analisar a relação família-escola, estabelecendo-a como tema no nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Com base no exposto, o objetivo principal da pesquisa foi analisar os impactos da relação família-escola na construção do princípio da gestão participativa na Escola Municipal Ajurimá Lopes, situada em Boa Vista do Tupim, buscando responder as seguintes questões de pesquisa: Como se estabelece a relação família-escola no contexto atual? Como a presença e/ ou ausência das famílias na escola impacta na construção da

gestão participativa? Quais ações estão (ou podem estar) sendo desenvolvidas para envolver as famílias na construção da gestão participativa?

O presente artigo encontra-se organizado em três partes: introdução, em que apresentamos a contextualização temática, a justificativa, o caminho para se chegar a esta temática e o objetivo; desenvolvimento, com os dados sobre os impactos da participação ou não participação da família na unidade escolar; e conclusão, com os principais resultados. Apresentamos a parte do desenvolvimento estruturado em três tópicos: Gestão Participativa: o desafio para envolver as famílias; Famílias ontem e hoje: conceitos e relações e A experiência do Centro Educacional Ajurimá Lopes nas ações que envolve família- escola, o qual foi disposto com informações relevantes sobre o Município Boa Vista do Tupim e sobre o centro educacional, e com a análise das entrevistas realizadas.

1.1 Metodologia

A investigação realizada foi de natureza qualitativa, na qual utilizamos a metodologia do tipo: bibliográfica, documental e empírica, com a realização de entrevistas semiestruturada com docentes. Na pesquisa qualitativa, a entrevista valoriza a fala dos atores sociais, permitindo um nível de compreensão da realidade humana, possível através dos discursos, como afirmam Fraser e Gondim (2004, p. 140-142):

> Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante.

Segundo os autores, a entrevista é apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. Sendo as semiestruturadas e as não-estruturadas, as mais comumente utilizadas nas pesquisas de natureza qualitativa.

Ainda conforme Fraser e Gondim (2004, p. 143-144):

> A opção por uma delas está relacionada com o nível de diretividade que o pesquisador pretende seguir, variando desde a entrevista na qual o entrevistador introduz o tema da pesquisa e deixa o entrevistado livre para discorrer sobre o mesmo, fazendo apenas interferências pontuais [...].

Na pesquisa realizada, ora explicitada, a opção pela semiestruturada se justificou pela necessidade de oportunizar o compartilhamento de experiências sobre a relação família-escola. A metodologia envolveu os seguintes procedimentos: observação, conversas informais, coleta de material_ Projeto Político Pedagógico da escola (PPP)_ e

entrevistas semiestruturadas com duas professoras e duas representantes da equipe gestora.

Visto isso, pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento e análise da literatura (livros, revistas artigos e outros trabalhos acadêmicos) sobre os temas: Relação família-escola e Educação Participativa. Entre os(as) autores (as) que contribuíram para elaboração desse trabalho estão: Paro (2001); Oliveira e Marinha-Araújo (2010); Varani e Silva (2010); Resende e Silva (2016); Rodrigues 2020, dentre outros.

O levantamento e análise de leis e decretos federais e municipais, além de documentos como a Base Nacional Comum Curricular -BNCC e o Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada constituíram a pesquisa documental. Assim, a pesquisa realizada constituiu-se das observações e entrevistas semiestruturadas realizadas na escola investigada, com 4 docentes que atuam em diferentes funções. Cabe ressaltar que o período de investigação foi em média 3 meses na unidade escolar e para o desenvolvimento desta pesquisa 1 semestre.

2 GESTÃO PARTICIPATIVA: O DESAFIO PARA ENVOLVER AS FAMÍLIAS

Gestão Participativa é um princípio fundamental no contexto educacional brasileiro, vinculado a garantia e fortalecimento de pautas como: Gestão Democrática; Escola Inclusiva e Educação Integral - em seu sentido mais amplo – contemplando todas as dimensões da formação humana (social, cultural, intelectual, físico, emocional, ambiental etc.). A gestão participativa, quando posta em prática, permite que diferentes vozes contribuam para a tomada de decisões na escola. Essa participação colaborativa contribui para: formação cidadã da comunidade escolar, garantia da qualidade do ensino e promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e engajado com as questões demandadas pelo seu entorno.

Assim, buscamos compreender como o princípio da Gestão Participativa aparece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), nossa principal norma jurídica, no Plano Nacional de Educação (2014-2024) e no texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017) que representa o principal referencial curricular da Educação Básica.

A LDB/1996, reconhece a gestão democrática como princípio fundamental para o funcionamento eficaz das instituições de ensino. Em seu Artigo 14, a referida lei define que:

> Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: - I participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

Diante do exposto, o princípio da gestão democrática precisa ser regulamentado por cada estado e município brasileiro. Ou seja, o conhecimento das normas locais e principalmente de programas e ações para o cumprimento desse princípio é uma tarefa importante. Ainda conforme a LDB (1996), a comunidade escolar é formada por: professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares; demais servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola; estudantes; pais ou responsáveis e membros da comunidade local.

De acordo com Pena, Castilho e Borges (2021, p. 224):

> Assegurada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a gestão democrática foi confirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, além de constar em metas pré-estabelecidas, enquanto política de Estado, no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), aprovado pela Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 1996; 2014).
> Tratar do tema gestão democrática na educação significa trazer à discussão a categoria "participação" nos processos educativos e decisões da escola, como princípio orientador importante nas políticas públicas para a Educação Básica.

Com base na referida legislação, é possível compreender que a base para efetivação da gestão democrática é, em primeiro lugar, o regime de colaboração entre: Municípios, Distrito Federal, Estado e União, no que tange ao cumprimento de suas responsabilidades, e em segundo lugar, a colaboração e participação de todos os agentes sociais (família, pais alunos e comunidade) para o acompanhamento das políticas educacionais. A meta 19 do PNE (2014-2024), trata da gestão democrática nos seguintes termos:

> Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (Brasil, 2015, p. 83).

Para alcance dessa meta, algumas diretrizes foram elaboradas, a primeira prevê a priorização de transferências de recursos da União para os entes federados que tenham aprovado legislação sobre o tema e que considere a nomeação de diretores conforme os critérios especificados na meta. Em duas outras diretrizes, foi possível observar claramente o papel das famílias nesse processo:

> 19.4) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas

> e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;
> 19.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares; (Brasil, 2015, p. 83-84).

Resende e Silva (2016) afirmam que o PNE (2014-2024) aprofundou a ênfase na gestão democrática e na proposição de estratégias, de modo ambicioso, considerando o cenário daquele momento, sobretudo no que diz respeito a relação família-escola. Por outro lado, o estabelecimento da Meta 19, indicou que tal relação é um projeto com muitos desafios a serem superados.

A Base Nacional Comum Curricular (2017) é documento que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica. O conceito de gestão participativa aparece de forma implícita na BNCC (2017) principalmente quando se observa a defesa de que, para os estudantes, o currículo escolar deve ser trabalhado para "[...] ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva" e "[...] estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/ campos de atividades humanas" (Brasil, 2017, p. 67). O documento também enfatiza a formação integral dos estudantes, incluindo aspectos socioemocionais, éticos e cidadãos. Isso está alinhado com a ideia de que a participação ativa na escola contribui para o desenvolvimento pleno dos educandos.

Diante deste cenário, pontua-se que aplicabilidade das leis que incentivam a participação das famílias na escola é crucial para alcançar os objetivos estabelecidos pela BNCC. Ao promover uma gestão participativa, as escolas podem criar um ambiente mais inclusivo e equitativo, onde todos os estudantes têm a oportunidade de desenvolver plenamente suas capacidades e contribuir para a sociedade de maneira significativa. Entretanto, muitos são os desafios, pois ainda se observa pouca discussão na sociedade sobre essas leis, o gera uma desinformação sobre a necessidade da presença familiar na escola.

O compromisso da família com a jornada educacional e a importância de sua participação no ambiente escolar são reconhecidos publicamente, tanto na legislação brasileira quanto nas diretrizes do Ministério da Educação, estabelecidas nos anos 90. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), especificamente nos artigos 4º e 55, juntamente com a Política Nacional de Educação Especial, estabelece diretrizes que

enfatizam a importância da integração da família no crescimento integral do estudante. Essas diretrizes visam não apenas facilitar a participação ativa dos familiares, mas também sensibilizar e engajar diferentes setores da sociedade, incluindo a comunidade escolar e as famílias, bem como os próprios indivíduos com necessidades especiais, na luta pelos seus direitos e responsabilidades. Um dos principais objetivos é promover o envolvimento da família e da comunidade na evolução da personalidade do aluno.

Na prática, muitas famílias enfrentam desafios significativos, como a falta de recursos financeiros, tempo e conhecimento sobre como apoiar adequadamente seus filhos. Além disso, as escolas muitas vezes carecem de infraestrutura adequada e profissionais capacitados para atender às necessidades especiais dos alunos. Esses fatores podem dificultar a implementação efetiva das diretrizes estabelecidas pelo ECA e pela Política Nacional de Educação Especial

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) juntamente com o Plano Nacional de Educação (sancionado pela Lei nº 10172/2001), estipula entre suas principais metas a criação de conselhos escolares e a promoção de outras modalidades de envolvimento da comunidade escolar, que inclui as famílias e a comunidade local, com o intuito de aprimorar a gestão das instituições educacionais e potencializar as possibilidades de aprendizado e os instrumentos de ensino.

Além disso, a recente medida do Ministério da Educação, que instituiu 24 de abril (2001) como o Dia Nacional da Família na Escola, algo que é comemorado pela unidade escolar, convida os familiares dos alunos para se integrarem nas atividades educacionais, reforçando a premissa de que o envolvimento dos pais no processo educativo dos filhos potencializa o aprendizado. Com base em estudos sobre a relação família-escola na legislação brasileira (1988-2014), Resende e Silva (2016, p.52) afirmam que:

> [...] embora incentivada pela legislação, a relação família-escola não é objeto de uma "forte regulamentação estatal" em nosso país. Existem prescrições claras, nos documentos pesquisados, de estímulo a essa relação; a participação parental, ligada à gestão democrática dos estabelecimentos, é
> estabelecida como princípio para os sistemas educacionais.

Conforme explica as autoras, há estudos que mostram que essa articulação é fortemente regulamentada em outros países, que tem como consequência um surto de participação parental. No caso brasileiro, não se pode afirmar que a regulamentação é forte, vez que os critérios e procedimentos para participação das famílias em órgãos administrativos da escola são deixados a cargo de cada rede de ensino.

No plano teórico/prático da educação, o reconhecimento da importância da colaboração dos pais na educação formal para a efetivação da gestão participativa é inquestionável. Quando pais, responsáveis e comunidade participam ativamente, a escola se torna um espaço mais democrático e inclusivo (Varani e Silva, 2010). É crucial investigar as razões pelas quais as famílias podem não estar atendendo às expectativas dos educadores quanto à sua participação na escola. Para isso, é necessário adotar uma postura de pesquisa e compreensão, em vez de julgamento, para identificar as causas dessa desconexão.

A sinergia entre o ambiente escolar e o círculo familiar se fortalece quando se busca integrar esses espaços. A contribuição da família é um elemento unificador essencial para o crescimento do indivíduo, pois é a base de seu suporte. As escolas reforçam seus ideais, ajudam na formação da personalidade e são peças-chave no processo de ensino e aprendizagem (Santos; Coutinho, 2020). A fusão desses ambientes melhora a qualidade de vida dos alunos, oferecendo melhores oportunidades de evolução e conhecimento.

Paro (2001) sustenta que a integração efetiva da comunidade na dinâmica escolar só ocorrerá se a escola adotar uma postura receptiva e positiva em relação aos seus usuários, especialmente os pais e responsáveis pelos alunos. Isso envolve criar oportunidades para um diálogo genuíno e para a construção de um convívio que valorize a humanidade, promovendo assim a participação ativa na rotina escolar.

As pesquisas sobre a relação entre escola- família revelaram a crucialidade do envolvimento parental no aprendizado dos estudantes. Embora ainda seja um desafio para as instituições educacionais, se faz importante que haja suporte para que, com a devida motivação criativa de educadores e familiares, esse envolvimento seja efetivo. Também é importante, a compreensão sobre as mudanças na configuração familiar e na sua relação com a escola.

3 FAMÍLIAS ONTEM E HOJE: CONCEITOS E RELAÇÕES

A família é uma instituição social que passou por significativas transformações nas últimas décadas, aspecto que deve ser cuidadosamente considerado ao analisarmos o vínculo entre famílias e escolas, tendo em vista o papel crucial que a família exerceu e exerce na formação de seus filhos e filhas. Segundo a definição dicionarista de Ferreira (1975, p. 533), família constitui-se com um:

> Conjunto de todos os parentes de uma pessoa, e, principalmente, dos que moram com ela; Conjunto formado pelos pais e pelos filhos; Conjunto formado por duas pessoas ligadas pelo casamento e pelos seus eventuais descendentes; Conjunto de pessoas que têm um ancestral comum [...].

Essa definição reflete a visão clássica da família, mas é importante notar que concepções contemporâneas de família podem incluir uma variedade maior de estruturas e relações, como famílias monoparentais, recompostas, homoafetivas, entre outras. A família, portanto, é um conceito dinâmico e adaptável às mudanças sociais e culturais. Diante disso:

> Conclui-se, portanto, que a legislação de 1916 conceituava a família de forma patriarcal, hierarquizado, heteroparental, biológico, como função de produção e reprodução e caráter institucional, porém após a promulgação da Magna Carta em 1988 a família se tornou um grupo pluralizada, democrática, igualitária substancialmente, hétero ou homoparental, biológica ou socioafetiva, com unidade socioafetiva e caráter instrumental (Gonzaga et al, 2022, p. 5).

Porém, a função principal da família, no que diz respeito à criança continua inalterável: proteção e socialização. Ou seja, é no seio familiar em que a criança inicia o processo de conhecimento da língua materna, dos símbolos e das normas de convivência social, incluindo tanto a educação geral quanto parte da educação formal, em colaboração com a unidade escolar (Polonia & Dessen, 2005, *apud* Oliveira; Marinha-Araújo, 2010, p. 101).

A família assume o papel de guiar os primeiros passos da socialização, incluindo a assimilação de comportamentos, atitudes e valores sancionados pela sociedade. Portanto, ainda que família- escola operem sob perspectivas e metas educacionais diferentes, ambas são fundamentais na formação social dos indivíduos, preparando-os para a dinâmica da vida em seus diversos aspectos (Oliveira; Marinha-Araújo, 2010).

A oferta escolar, a partir do século XX, alcançou dimensões inéditas; a crescente dedicação do universo masculino e feminino ao mercado de trabalho resultou na divisão de algumas das funções familiares com a esfera educacional na escola. Progressivamente, a instituição de ensino passou a desempenhar um papel mais significativo na preparação dos sujeitos, tornando-se um elemento essencial na educação (Castro; Regattieri, 2009).

Com a crescente valorização da educação escolar, na segunda metade do século XX e a consequente democratização do ensino, emergiram desafios relacionados à sua universalização. Nesse contexto, a colaboração entre família- escola passou a ser crucial para o sucesso educacional. A legislação, especialmente a Lei nº 7 de 1977, consolidou a participação dos pais na escola, promovendo uma dinâmica de corresponsabilização. Atualmente, é imperativo que a educação seja construída por meio de uma interação

constante e responsabilidade compartilhada, visando uma formação cidadã abrangente e significativa (Silva, 2003).

Passaram-se mais de trinta anos desde a promulgação da Lei nº 7, em 1º de fevereiro de 1977, conforme mencionado por Silva (2003), que estabelece a participação dos pais e responsáveis na dinâmica e na governança das escolas. Com o passar do tempo, tornou-se evidente a importância de uma ação educativa que promova a interação e a corresponsabilização entre os diversos ambientes educativos que moldam as experiências das crianças, visando uma educação holística que coloca a educação cívica em destaque.

Além disso, especialistas como Marujo, Neto e Perloiro (2005, p. 11) defendem que a participação dos pais na escola dos filhos transcende um mero direito, constituindo-se como uma responsabilidade e um valor fundamental. Logo, é importante um melhor debate desta participação e responsabilização dos pais de Boa Vista do Tupim na educação dos filhos. Além disso, concordando com Costa (1998), considerando os sistemas familiar e escolar, e partindo do princípio de que o sujeito é simultaneamente filho, aluno e membro do tecido social, e que a educação é um processo social complexo entende-se que a educação é uma tarefa conjunta e igualitária entre pais, educadores e a comunidade em geral.

Diante de tudo visto, hoje temos uma diversidade de modelos familiares que vão além da tradicional composição de pai, mãe e filhos. A família tradicional, que costumava ser a norma, não é mais a única configuração existente. Novos arranjos surgiram, como famílias monoparentais (com um único responsável pela criação dos filhos), famílias homoparentais (com casais homoafetivos) e famílias reconstituídas (com membros de famílias anteriores) (Rodriguez, 2020). Essas mudanças são resultado de transformações sociológicas, como o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e a maior aceitação da diversidade sexual.

Neste contexto, é importante destacar um outro tipo de organização familiar, citado por Vicente (2010), o qual destaca a complexidade das famílias multigeracionais. Essas famílias, que incluem pelo menos três ou quatro gerações, representam um grande desafio nas relações humanas e estruturas familiares. Também entendida como “família alargada”, justificada devida a extensa rede de parentesco quanto a coabitação de múltiplas gerações sob o mesmo teto, um arranjo comum em sociedades pré-industriais. Essa conjuntura reflete em desafios no comportamento e desenvolvimento da criança em sala de aula, pois muitas vezes, a escola e a própria criança não sabem a quem recorrer para recorrer quando necessário.

A “idade de ouro” da família é idealizada como um período em que os idosos eram valorizados e integrados na vida familiar diária. No entanto, a realidade é frequentemente mais matizada, com as famílias multigeracionais enfrentando tanto laços afetivos positivos quanto desafios emocionais. Sentimentos de desamor, rejeição e comportamentos negativos coexistem com o apoio e a harmonia, refletindo a dinâmica única dessas famílias. Essa dualidade nas relações familiares multigeracionais sugere que, embora possam oferecer uma rede de suporte assistencial, também podem ser fonte de tensão e conflito. Logo, implicam diretamente na vida escolar do aluno (Vicente, 2010)

Hoje, a família não é apenas definida pelo casamento e laços genéticos, mas também pelos laços afetivos. A ideia da família pós-moderna é ampliativa, reconhecendo diferentes modelos familiares e respeitando a dignidade de cada indivíduo. As famílias modernas se caracterizam pela flexibilidade, respeito às individualidades e busca por relações baseadas no diálogo e no afeto (Ribeiro, 2024).

As novas configurações familiares trazem desafios, como a necessidade de adaptação das políticas públicas e a garantia dos direitos de todos os membros da família. Por outro lado, essas mudanças também trazem benefícios, como a possibilidade de construir laços afetivos fora do modelo tradicional e a promoção da diversidade e tolerância. De acordo com Sara (2018), é importante valorizar essa diversidade e promover o entendimento e a aceitação entre os diversos modelos familiares. Logo, sentido, a família contemporânea é diversificada e reflete as transformações sociais e culturais.

4 A EXPERIÊNCIA DO CENTRO EDUCACIONAL AJURIMÁ LOPES NAS AÇÕES QUE ENVOLVE FAMÍLIA E ESCOLA

O Centro Educacional Municipal Professora Ajurima Lopes Costa, localizado na sede do município de Boa Vista do Tupim, na Bahia, é uma escola pública de ensino fundamental, na zona urbana, que se destaca na comunidade local por oferecer um ensino acessível e de qualidade (PPP CENTRO EDUCACIONAL PROFESSORA AJURIMÁ LOPES, 2023). Dado a aproximação e maior contato com a escola, sendo a qual realizamos a estágio supervisionado e ali surgir o nosso questionamento de pesquisa sobre as imbricações família-escola, escolhemos ela como campo de investigação.

A experiência do Centro nas ações que envolve família- escola foi verificada principalmente a partir da análise das entrevistas semiestruturadas, antes de apresentá-la consideramos importante situarmos o contexto e a instituição.

4.1 O contexto: Boa Vista do Tupim-BA

Concernente ao objeto de pesquisa, vale destacar o munícipio em que a escola está localizada. Boa Vista do Tupim, situado no território de identidade Piemonte do Paraguaçu, a cerca de 321 km de Salvador, destaca-se por sua rica biodiversidade e características únicas. Este município é um dos 13 que compõem o Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu e é o maior em extensão territorial, abrangendo uma área de 2.811,232 km² (BAHIA, 2016).

Situado a 48 km ao sul-oeste de Itaberaba, cidade da qual foi desmembrada em 1962, quando emancipado, o município faz fronteira com várias cidades e é composto por 16 povoados e assentamentos. Seu bioma é a Caatinga, caracterizado por um clima seco e quente, com vegetação adaptada ao ambiente semiárido, dominada por espinhos e cactos. (Boa Vista do Tupim- Diário oficial, 2024)

De acordo com o Censo de 2022, o município possui 16.873 habitantes e uma densidade de 5,68 pessoas por km². Houve um declínio de 9,43% na população desde o Censo de 2010, um fenômeno que pode ser atribuído a variáveis como migração, natalidade, mortalidade e alterações econômicas que afetam a movimentação populacional. O gentílico “tupinense”, que revela raízes indígenas, captura a essência identitária dos moradores, moldada pela história e geografia da região. A estrutura social e as interações comunitárias são influenciadas pelo contexto do Piemonte do Paraguaçu, refletindo tradições e estilos de vida que evoluíram com o tempo (Boa Vista do Tupim- Diário oficial, 2024).

A economia local é variada, com ênfase na agricultura de subsistência e comercial, destacando-se cultivos como mandioca, feijão e café. O turismo também representa uma fonte de renda em ascensão. Embora beneficiada por sua posição geográfica e recursos naturais, a economia da cidade apresenta desafios comuns a pequenas cidades, como a pouca oferta de empregos formais.

Embora a cidade não seja um destino turístico proeminente, oferece espaços para o futebol, atividades culturais e sociais como teatro, fanfarra, dança, além de oficinas de artesanato e cursos voltados para o empreendedorismo. O município conta com 36 escolas de educação infantil e 43 de ensino fundamental. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) local é calculado considerando o desempenho dos alunos em português e matemática, bem como a taxa de aprovação escolar, elementos essenciais para avaliar a qualidade da educação. (Boa Vista do Tupim- Diário oficial, 2024).

4.2 A instituição: Centro Educacional Professora Ajurimá Lopes Costa

A instituição analisada foi Centro Educacional Professora Ajurimá Lopes Costa, que em 2024 possui 229 alunos matriculados, entre o 1º a 5º ano do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais. O centro integra a rede municipal de ensino, funciona em prédio escolar amplo e arejado, composto por 7 salas de aula, uma sala de professores, uma sala administrativa (secretaria); uma biblioteca; uma cantina; um almoxarifado e 5 banheiros. De acordo com informações do seu PPP, trata-se de um ambiente acolhedor e inclusivo que busca não apenas transmitir conhecimento, mas também trabalhar valores e habilidades essenciais para a vida em sociedade (PPP CENTRO EDUCACIONAL PROFESSORA AJURIMÁ LOPES, 2023).

É importante notar que, como uma escola pública, enfrenta os desafios em relação a necessidade de manter recursos e apoio contínuo da administração local. No entanto, o comprometimento dos professores e funcionários em oferecer uma educação de qualidade é um ponto importante que caracteriza a unidade escolar (PPP CENTRO EDUCACIONAL PROFESSORA AJURIMÁ LOPES, 2023). No que tange aos recursos humanos, possui um quadro composto por 28 profissionais, sendo: 16 professores, 2 cuidadoras; 1 coordenadoras; 1 gestora, 2 profissionais de apoio da secretaria, 4 profissionais na limpeza e merenda, 1 bibliotecária e 1 na portaria. (PPP CENTRO EDUCACIONAL PROFESSORA AJURIMÁ LOPES, 2023).

Conforme o PPP, a presença dos pais na escola se faz necessária, pois não só enriquece a experiência educacional dos alunos, mas também fortalece os laços familiares e comunitários. A integração efetiva da família no contexto escolar é um investimento no capital humano da sociedade, preparando os alunos não apenas para o sucesso escolar, mas também para se tornarem cidadãos responsáveis e conscientes.

A escola tem apresentado avanços significativos na qualidade do ensino, conforme demonstrado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) nas notas referentes ao ano de 2019. A última divulgação feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostra uma evolução, assim como os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do mesmo ano. A escola apresentou uma evolução crescente no desempenho de ensino entre 2007 e 2019, com um aumento considerável de 2.4 para 4.6, avaliando o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. (PPP Centro Educacional Professora Ajurimá Lopes, 2023).

Sobre a participação da família, o PPP é alinhado com LDB/1996, destacando a importância da articulação com as famílias e a comunidade; a necessidade de construir processos de integração da sociedade com a Educação, reforçando a importância de "[...] estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos Político- Pedagógicos". (PPP- (Ajurimá Lopes), 2023, p.14).

A escola tem propósitos específicos de melhorar o processo de ensino-aprendizagem além de potencializar valores da família, pautada na valorização das diferentes culturas, etnias e raças e nos princípios de uma gestão democrática, compartilhada e participativa que garanta e amplie bons resultados acadêmicos.

4.3 A experiência do Centro na relação com as famílias: percepção das entrevistadas

A importância da parceria entre família- escola para o bom desenvolvimento da criança ou jovem é muito discutida, e sobre o tema temos uma vasta literatura, a qual buscamos aqui apresentar uma fração. Porém, a nossa intenção foi investigar a experiência do Centro Educacional Professora Ajurimá Lopes, e observar aproximações e distanciamentos em relação ao que encontramos na literatura. Assim, realizamos entrevistas semiestruturadas com 4 docentes do sexo feminino, sendo que duas atuam como professoras em sala de aula, e duas na gestão: coordenação pedagógica e gestão administrativa. O recorte foi realizado dessa maneira para obtermos visões de pontos de vista diferentes.

As entrevistas foram realizadas em junho de 2024. Por princípios éticos, buscamos preservar a identidade das entrevistadas, citando-as como: Entrevistada 1 (Gestora); Entrevistada 2 (Professora); Entrevistada 3 (Professora) e Entrevistada 4 (Coordenadora), conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 1: Entrevista realizadas - perfil das entrevistadas

Identificação	Naturalidade	Anos de Atuação	Formação
Entrevistada 1 (Gestora)	Boa Vista do Tupim	21 anos de atuação na Educação Básica. 7 anos como Gestora	Superior completo
Entrevistada 2 (Professora)	Boa Vista do Tupim	10 anos de atuação na Educação Básica. 2 na escola.	Pedagogia e Especialização em Alfabetização e Letramento
Entrevistada 3 (Professora)	Boa Vista do Tupim	16 anos de atuação 10 anos na escola	Licenciatura em Pedagogia e Geografia
Entrevistada 4 (Coordenadora) Pedagógica.	Boa Vista do Tupim	25 anos de Educação básica 12 anos na gestão da escola	Licenciatura em Pedagogia e Pós-graduação.

Fonte: a partir da transcrição das entrevistas pelas autoras.

Observando o Quadro 1, é possível afirmar que: a) são profissionais preparadas para exercer a função para a qual estão designadas e b) são pessoas integradas à comunidade local por terem nascido no Munícipio e pelos anos de experiência na escola, características fundamentais para envolver as famílias. É importante destacar que todas fazem parte do quadro efetivo da escola.

Perguntamos primeiramente às entrevistadas: “Para você, qual a importância da relação família- escola?”. A entrevistada 1 (Gestora) acredita que a educação compartilhada com a família é fundamental para a formação integral do indivíduo, mas destaca também outro aspecto, que tem a ver com a observação de questões cognitivas e/ou comportamentais que alteram o processo de ensino-aprendizagem:

> Essa parceria entre família x escola é crucial para o desenvolvimento intelectual, emocional do educando, o aluno ele passa 4 horas diárias na escola com a equipe escolar, é um ambiente onde ele é observado, vamos dizer assim com mais “cuidado”, pois quando ele apresenta um comportamento diferente logo é percebido pela equipe, que logo se aproxima, procura saber o que está acontecendo, faz contato com a família pra relatar o que está sendo observado, como a criança está se comportando... (Entrevistada 1 – Gestora, 2024).

Esse aspecto, também foi citado pela Entrevistada 2 (Professora), como um dos motivos que atualmente tem atraído as famílias para escola. Segundo relato da mesma, muitas mães tem buscado apoio na escola para compartilhar e/ou aprender sobre como lidar com seus/suas filhos/filhas com deficiência ou transtorno de aprendizagem.

A Entrevistada 3 (Professora) e A Entrevistada 4 (Coordenadora) , enfatizaram o significado da parceria para a escola, afirmando que:

> A família é o seio, a principal instituição do desenvolvimento da criança, então manter essa relação entre família e escola, desempenha tanto na aprendizagem do aluno quanto no desenvolvimento da escola algo muito significativo, nos

> proporciona momentos de conversas e trocas de experiências (Entrevistada 3 – Professora, 2024).
> É importante que a escola e a família andem lado a lado para o bem do processo de aprendizagem do aluno. A pareceria entre família e escola é um dos principais elementos para o sucesso do educando. A escola deve possuir uma gestão democrática, capaz de incentivar a participação constante dos pais no ambiente escolar. A sintonia entre família e escola possibilita que o desenvolvimento da criança e o processo de aprendizagem sejam ampliados. (Entrevistada 4 – Coordenadora, 2024).

Observamos nessas falas, o reconhecimento que essa parceria é uma via de mão dupla. Ou seja, é uma relação boa para as duas partes envolvidas, como Arribas (2004) pontuou, a formação integral dos estudantes, implica numa abordagem colaborativa entre família- escola, podendo levar a resultados positivos para os estudantes e para a comunidade como um todo.

As entrevistadas, de forma geral, percebem que o caminho para uma educação de qualidade é através da participação mais ativa das famílias na vida escolar dos estudantes, o que inclui uma maior participação na escola. Na perspectiva de Santos e Coutinho (2020), ao incluirmos as famílias na dinâmica da escola, possibilitamos que elas conheçam sua missão e objetivos, sua forma de interação e tenham condições de contribuir com o trabalho pedagógico realizado.

Quando perguntadas sobre como vem acontecendo a relação família-escola no Centro, apreendemos respostas diferentes e até contraditórias entre gestoras e professoras. Enquanto as representantes da gestão percebem uma relação consolidada com as famílias, as professoras consideram que esse elo está em processo de consolidação. A Entrevistada 1 (Gestora), afirmou:

> [...] busco estabelecer parceria com toda equipe escolar, família, equipe técnica da Secretaria de Educação, e principalmente o Secretário de Educação para alcançarmos bons resultados de aprendizagens dos nossos alunos, pois o sucesso só é possível se andarmos juntos e com o mesmo objetivo. (...) Aqui na Escola Ajurimá, as famílias são bem presentes...temos mães e pais que vem sempre a escola, são participativos em reuniões de pais. Porém, temos, vamos dizer que 30%, só aparecem quando convocados para atender algum chamado de urgência envolvendo seu (a) filho (a) infelizmente (Entrevistada 1 – Gestora, 2024).

Notamos na fala da Entrevistada 1, a ênfase para destacar que a valorização da relação família-escola constitui uma diretriz da Secretaria de Educação de Boa Vista do Tupim, e que é levada a sério pela escola. A Entrevistada 4 (Coordenadora), também afirmou que “ [...] a maioria das famílias da instituição tem uma boa participação na vida escolar dos filhos”, pois segundo ela são muitos, os que se preocupam em fazer esse acompanhamento.

No entanto, do ponto de vista das professoras entrevistadas, a participação das famílias é pontual, e a parceria família-escola é um processo em construção, como é possível verificar nos trechos a seguir:

> Se percebe essa preocupação quando, alguns pais - que a gente sabe que não é cem por cento, é uma minoria- comparece à escola, procura saber como é que tá o desenvolvimento do filho ou da filha, em reuniões, em festejos..." (Entrevistada 2, Professora, 2024, grifo nosso).
> A relação família-escola é ainda meio tímida. Muitas pessoas da própria família têm ainda dificuldade de vir para a escola no sentido de conhecer, de saber o trabalho desenvolvido. Às vezes vem para a escola para criticar ou para apontar algumas falhas, porque sabemos que temos falhas. Mas vê-se um avanço no sentido de muitas mães, que são as mais presentes, elas têm participado mais de reuniões e têm vindo à escola, mesmo não sendo chamadas. Então, essa relação tende a crescer bastante. E isso vem acontecendo também por conta de que a gente, ultimamente, tem tido muitos alunos com TDH, com algumas dificuldades, algumas deficiências. Então, a família... tem se aproximado mais da escola. (Entrevistada 3, Professora, 2024).

Compreendemos que as percepções díspares sobre a relação família-escola na instituição podem estar ocorrendo em decorrência das diferentes funções exercidas pelas docentes. Em sala de aula, a participação familiar requerida pelas professoras se relaciona diretamente com o processo de ensino-aprendizagem, e para gestão, a presença dos pais nas reuniões e eventos da escola pode estar indicando uma participação efetiva.

Sobre essa ausência pontuada pelas professoras, cabe salientar a perspectiva de Tiba (1996), que nos pontua sobre a responsabilidade da família na formação do indivíduo e não delegar exclusivamente a função a escola a função educativa, de valores e formação para um sujeito cidadão, pois isso acaba indo em contramão de uma educação participativa. Ainda sobre a ausência ou pouca participação das famílias, as professoras entrevistadas citam alguns possíveis motivos para esse distanciamento:

> Como eu te falei anteriormente, não é cem por cento que a escola tem essa parceria com a família. Justamente essa outra parte que vêm os problemas, que é a ausência dessas famílias na escola e isso afeta o desenvolvimento e aprendizagem do aluno, porque ele não tem essa ajuda, essa presença da família. A gente sabe que alguns pais, por vários motivos, eles não têm tempo de ajudar o seu filho, não tem tempo de ir à escola, de acompanhar a vida escolar dos seus filhos e isso afeta muito, muito. É justamente isso, esse distanciamento da família e escola. Inicia o ano, termina o ano e uma boa parte dos pais não conhecemos. Convoca e outras coisas mais, por eles não comparece à escola. Eu acho que o maior fator disso tudo é a falta de compromisso, pois muitos desse país não têm escolaridade (Entrevistada 2- Professora, 2024).

Ainda no quesito sobre a resistência de uma relação voluntária com a gestora destaca a resistência da ausência dos pais como sendo algo cultural, ou seja, a profissão naturaliza algo que deve ser prioridade dos pais: "Acredito ser algo cultural mesmo...pois desde os primórdios as famílias não são muito participativas. Más hoje vejo muitos relatarem a questão do trabalho, da correria do dia a dia e com isso o filho vai ficando pra

depois" (Entrevistada 1, Gestora, 2024). Ela observa que, apesar dos esforços da escola em conscientizar as famílias sobre a importância de seu envolvimento, muitos pais ainda não se sentem tocados. A gestora menciona a utilização de vídeos, mensagens e sorteios como estratégias para engajar os pais, mas reconhece que as demandas do dia a dia e as demandas de trabalho são barreiras significativas. Essa fala sugere a necessidade de estratégias mais eficazes e personalizadas para envolver as famílias.

Diante do exposto, constatamos que existe ainda desafios para uma articulação efetiva para uma melhor articulação com pais. Se os pais não demonstram preocupação com a vida escolar do filho, cabe a escola estudar estratégias e possibilidades que viabilize essa participação mais efetiva. Assim como salienta Arribas (2004), é necessário que a escola alinhe projetos e mecanismos de modo que articulem as atividades com a participação familiar, com o entendimento de que essa participação é indispensável para a Gestão Democrática e a melhoria contínua do ensino ofertado.

Como parte da ação pedagógica e missão da escola, percebemos que a escola entende e cria estratégias para aproximar os pais da unidade escolas. Dentre estas ações, citadas pela Entrevistada 1 (Gestora), estão: eventos como "A Semana da Família na Escola"; "Rodas de Conversa"; Comunicação via *WhatsApp*, com cards comunicativos, tem se mostrado fundamental para criar um ambiente de colaboração e transparência entre a escola e as famílias.

Também conforme a Entrevistada 4 (Coordenadora), o Centro já desenvolve uma agenda de atividades para envolver as famílias, e apontou as seguintes:

> A escola promove reuniões de pais bimestralmente com intuito de fazer uma avaliação da escola e os pais analisam os portfolios de seus filhos vendo os progressos e / ou dificuldades deles; Reunião de pais de alunos que foram reprovados na unidade para apresentação do plano de ação organizado pela escola; Participação de pais nas atividades do Projeto Institucional de Leitura (Roda de leitura pela família); Convite os pais para participação de culminâncias de projetos didáticos; Representatividade de pais nas reuniões de conselhos de classes. (Entrevistada 4, Coordenadora, 2024).

Diante do que foi apresentado, perguntamos se tais estratégias têm sido suficiente e eficazes para promoção da parceria entre família- escola? Como resposta, a Coordenadora disse que acredita que a promoção de formação com temas específicos e a realização de oficinas seriam caminhos possíveis para fortalecer a relação com os pais, além de: "Convidá-los para participar dos eventos promovidos pela escola; envolvê-los nos projetos promovidos pela instituição; convidá-los para dizer o quanto o filho avançou em suas aprendizagens. (Entrevistada 4, Coordenadora, 2024).

Assim, percebemos o reconhecimento de que a escola precisa pensar numa agenda positiva para envolver os pais, e não apenas chamá-los para conversar sobre problemas. Postura que já indica uma quebra de paradigma no modo como a escola se organiza. Paro (2001) concorda com isso, pois, segundo ele, para haver motivação entre os alunos, é necessário que se sintam protagonistas do processo de ensino, tanto quanto os pais acompanhem as suas rotinas em prol de uma educação cidadã e emancipatória. Cabe salientar também que, uma comunicação mais cuidadosa, reuniões mais direcionadas, chamando os pais para conhecer os mecanismos e espaços de aprendizagem na escola, assim como outras atividades colaborativas pode ser um meio para angariar uma participação mais efetiva dos pais.

Diante disso, cabe pontuar aqui o que Santos e Coutinho (2020) nos apresenta sobre a progressão do aluno no espaço escolar. Segundo o autor, quando existe uma boa relação família-escola, com estratégias comunicativas e participativas bem projetadas e organizadas, é possível que tenhamos uma harmonia no processo formativo dos discentes, pois, entende-se que pais e escola irão compartilhar dos mesmos valores e normas. Isso nos mostrará caminhos para um melhor desenvolvimento do estudante nas atividades escolares, possibilitando-os que desenvolvam não somente o lado cognitivo, mas também aspectos emocionais, competências comunicativas e colaborativas.

Sendo assim, as entrevistas indicam que a escola tem implementado diversas ações para promover a participação das famílias na vida escolar dos alunos. A comunicação constante, o planejamento pedagógico colaborativo, as atividades domiciliares e o envolvimento direto das famílias são estratégias que têm mostrado resultados positivos. No entanto, é importante continuar avaliando e ajustando essas ações para atender às necessidades específicas para o desenvolvimento dos alunos e sobretudo para fazer com que a gestão democrática aconteça de fato.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada na Escola Municipal Ajurimá Lopes em Boa Vista do Tupim-BA, se implicou com as seguintes questões :Como se estabelece a relação família-escola no contexto atual? Como a presença e/ ou ausência das famílias na escola impacta na construção da gestão participativa? Quais ações estão (ou podem estar) sendo desenvolvidas para envolver as famílias na construção da gestão participativa? Estabelecemos como objetivo principal analisar os impactos da relação família-escola na construção do princípio da gestão participativa na escola pesquisada.

Para alcance do objetivo e das possíveis respostas às questões elaboradas, buscamos através da pesquisa bibliográfica e documental compreender como a legislação brasileira compreende tal relação. Observamos que apesar das leis estabelecer que família e escola precisam se relacionar para promover a educação, a forma dessa participação não está delineada e precisa ser pensada pelas redes de ensino e pelos próprios atores que constroem a escola. Também buscamos compreender as novas configurações familiares e como a escola tem lidado com essas mudanças.

Através da pesquisa empírica foi possível compreender a experiência prática dessa relação. A pesquisa revelou que a parceria entre família e escola é uma via de mão dupla, contribui para o desenvolvimento integral dos alunos e para gestão democrática da escola. Ficou evidenciada que a presença ativa da família no ambiente escolar não apenas melhora o desempenho escolar dos alunos, no que refere as notas, comportamento e aprendizagem, mas também fortalece os laços familiares e comunitários, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a sociedade.

No entanto, a pesquisa também destacou os desafios enfrentados na relação entre família e escola. A ausência dos pais na escola, um problema estrutural e também relacionado às demandas do trabalho e da vida cotidiana, impacta negativamente o desenvolvimento escolar dos alunos e dificulta a construção de uma educação participativa.

Para superar esses desafios, a escola implementou diversas estratégias para aumentar a participação familiar. Atividades domiciliares, leitura semanal realizada pelos pais e comunicação constante entre escola e família foram algumas das ações tomadas, tendo-se visto uma boa adesão. Embora essas estratégias tenham mostrado resultados positivos, a pesquisa sugere que ainda há necessidade de formação dos pais em temas específicos, como questões sociais e conhecimentos literários e matemáticos, para aumentar sua eficácia.

Um dos resultados foi em relação as motivações que tem aproximado os pais da escola hoje: a busca pela compreensão das deficiências e ou dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos seus filhos e filhas. Talvez, o tema da Educação Inclusiva seja um ponto para atrair mais as famílias para participação efetiva na escola.

Embora algumas falas reforcem os estereótipos da família ausente e desinteressadas da vida escolar de seus filhos e filhas, vimos também o reconhecimento de que a relação família-escola está em construção, e é a escola que precisa assumir o

protagonismo no processo, por ser a instituição educadora, ela precisa pensar nessas estratégias e ações que sejam capazes de alterar a cultura da não-participação.

Diante de todo o exposto, os resultados da pesquisa ressaltam a importância de uma abordagem colaborativa entre família- escola para promover a gestão democrática. A participação ativa dos pais nas atividades escolares é fundamental para criar um ambiente favorável ao aprendizado e para o desenvolvimento integral dos alunos. Portanto, é essencial que sejam feitos esforços contínuos para envolver as famílias no processo educacional e superar os desafios existentes.

Compreendemos a importância da realização da pesquisa para elaboração do TCC e sobretudo para nossa formação enquanto pedagogas, pois contribuiu para ampliar nossa compreensão sobre o tema e sobre o espaço escolar. Por sua vez, a discussão temática pode propiciar uma maior visibilidade na sociedade tupinense, de modo que, venha enriquecer palestras e reflexões nos diversos âmbitos da comunidade, principalmente no escolar com as reuniões de pais e mestres. Por fim, pesquisas futuras são necessárias para ampliar outros aspectos, como aprofundar a discussão com os agentes externos, a exemplos das famílias. Além disso, ponderar como a estrutura escolar pode fomentar uma maior recepção e satisfação familiar. Assim, esperamos que em um futuro mestrado possamos pesquisar sobre esses pontos.

REFERÊNCIAS

ARRIBAS, Teresa Lleixà. **Educação infantil**: desenvolvimento, currículo e organização escolar. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BOA VISTA DO TUPIM. **Diário Oficial do Município**. Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim. Ano V, Edição nº 00453, Caderno 1, quinta-feira, 25 de junho de 2015. Disponível em: www.pmboavistadotupim.ba.ipmbrasil.org.br. Acesso em: jul. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/.
Acesso em: 20 mai. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 7, de 1977**. Incorpora ao texto da Constituição Federal disposições relativas ao Poder Judiciário. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1970-1979/emendaconstitucional-7-13-abril-1977-373592-publicacaooriginal-1-pl.html.
Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977**. Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6454.htm#:~:text=Art.,pessoas%20jur%C3%ADdicas%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20indireta.&text=Art.,-2%C2%BA%20%C3%89%20igualmente.
Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza. **Interação escola-família**: subsídios para práticas escolares. Brasília : UNESCO, MEC, 2009.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 5. ed. Positivo: Brasil, 1975. Disponível em: https://nurc.fflch.usp.br/node/591.
Acesso em: 07 mai. 2024.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa.** Paidéia, 2004, n. 14, v. 28, p. 139-145. Disponível em: https://www.scielo.br/j/paideia/a/MmkPXF5fCnqVP9MX75q6Rrd/?format=pdf&lang=pt.
Acesso em: 25 jul. 2024.

GONZAGA, Atílio Alves Silva. Novo Conceito de Família. **Jusbrasil**, 2022. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/novo-conceito-de-familia/1251003256.
Acesso em 25 jul. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, 2022.

MARUJO, Helena Águeda.; MIGUEL NETO, Luís; PERLOIRO, Maria de Fátima . **A família e o sucesso escolar.** 4. ed. Lisboa: Edições Científica Editorial Presença, 2005.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO- ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família- escola: intersecções e desafios. **Estudos de psicologia,** [S. I.], v.27, n.1, 2010. Disponível em: https//periódicos.puc-campinas.edu.br/estpsi/article/view/7131.
Acesso em:27 jul.2024.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PENA, Neide.; CASTILHO, Ana Elisa Cunha Anderi.; BORGES, Patrícia Adriane Soares. A gestão democrática escolar no contexto da Nova Gestão Pública (NGP): um enfoque no PNE (2014-2024). **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. 1, p. 223–239, 2021. DOI: 10.22633/rpge.v25i1.14019. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14019.
Acesso em: 31 jul. 2024.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Centro Educacional Municipal Professora Ajurimá Lopes Costa, Boa Vista do Tupim, 2024.

RESENDE, Tânia de Freitas; SILVA, Gisele Ferreira da. A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). **Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.,** Rio de Janeiro, v.24, n.90, p.30-58, jan./mar. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Qnq7zmpsLtH9mk3cwhJnKyz/?format=pdf.
Acesso em 04 set. 2024.

RIBEIRO, Arthur. As Novas Configurações Familiares e as Transformações Sociológicas. **Rabisco da história**, 2024. Disponível em: https://rabiscodahistoria.com/as-novas-configuracoes-familiares-e-as-transformacoes-sociologicas/.
Acesso em: 01 jun. 2024.

RODRIGUEZ, Nerea Babarro. Tipos de família: modelos e características. *In*: RODRIGUEZ, Nerea Babarro **Psicologia-Online**. [*S.l*], 2020. Disponível em: https://br.psicologia-online.com/tipos-de-familia-modelos-e-caracteristicas-556.html.
Acesso em: 01 jun. 2024.

SANTOS, Sandra Joedna Vieira dos; COUTINHO, Jose Gusmão Coutinho. A contribuição da família no contexto escolar. *In*: SANTOS, Sandra Joedna Vieira dos; COUTINHO, Jose Gusmão Coutinho. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, nº 7, p. 42.478-42.498, jul. 2020. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/12508.
Acesso em: 01 jun. 2024.

SILVA, Pedro. **Escola - Família, uma relação armadilhada**: Interculturalidade e relações de poder. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. São Paulo: Editora Gente, 1996.

VARANI, Adriana.; SILVA, Daiana. A relação família-escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 91, n. 229, p. 511-527, set/dez 2010. Disponível em: https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/2889. Acesso em: 18 jul. 2024.

VICENTE, Henrique Manuel Testa. Família multigeracional e relações intergeracionais: Perspectiva sistémica. **Secção Autónoma de Ciências da Saúde**, Universidade de Aveiro, 2010.